

STJ00098911

SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO

Ex-Professor titular de Direito Tributário da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Doutor em Direito Público pela UFMG.
Presidente honorário da Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT).
Advogado Militante.

CURSO de DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

13ª edição

revista, atualizada e ampliada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- 1ª edição – 1999

13ª edição – 2014

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C62c

Coêlho, Sacha Calmon Navarro, 1940–

Curso de direito tributário brasileiro / Sacha Calmon Navarro Coêlho. – 13ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-5209-9

1. Direito tributário. 2. Brasil. [Código tributário nacional (1966)]. I. Título.

98-1378.

CDU: 351.713(81)

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XXXIII
---	--------

PARTE I

A Sociedade, o Direito, o Estado e o Tributo

Capítulo I – O Objeto do Direito.....	3
1.1. O Direito como técnica e como valor	3
1.2. O Direito Tributário, técnica e valor	4
1.3. Direito, sociedade e história	4
1.4. O Direito como produto social – Trabalho, sociedade e cultura – A experiência jurídica e a história dos homens	4
1.5. A moda, a moral, a religião e o Direito – Os sistemas normativos – Liberdade e repressão – Direito e civilização	8
1.6. A inevitável ambiguidade dos sistemas normativos – A questão da justiça – O Direito progressivo.....	10
1.7. O objeto do Direito – Crítica a Carlos Cossio – A perenidade do objeto do Direito.....	11
Capítulo II – O Direito como Objeto	14
2.1. O fenômeno jurídico como objeto de multivárias disciplinas – O Direito Positivo e a Ciência do Direito	14
2.2. As categorias do conhecimento jurídico.....	15
2.3. Direito e linguagem – Ordens e normas jurídicas	15
2.4. As normas jurídicas e a teoria de Kelsen – Juízos ônticos e deônticos – Norma primárias e secundárias	17
2.5. Normas jurídicas e proposições sobre normas jurídicas – Prescrições jurídicas – O papel dos intérpretes	20

2.6. Tipologia jurídica – Normas de organização, de competência, técnicas, de conduta ou comportamentais e sancionantes	21
2.7. Tipos de normas encontradas no Direito Tributário	22
2.8. Distinção entre normas, leis e proposições jurídicas.....	23
2.9. Existência, validade e vigência das leis – Aplicabilidade, incidência e eficácia das normas jurídicas	27
Capítulo III – O Objeto do Direito Tributário e o Direito Tributário como Objeto	30
3.1. A unidade do Direito – A falsa questão da autonomia dos ramos do Direito	30
3.2. A relação fisco-contribuinte como objeto do Direito Tributário	30
3.3. Direito Financeiro e Direito Tributário	31
3.4. A relação tributária – Cerne do Direito Tributário	31
3.5. O objeto no tempo e no espaço – O papel do sujeito cognoscente	31
3.6. O Direito Tributário como objeto.....	32
3.7. Opulência jurídica do Direito Tributário brasileiro – As primícias do intérprete...	32
3.8. Direito Tributário e Estado.....	32
Capítulo IV – O Estado e suas Funções.....	34
4.1. O Estado e o poder de tributar – A repartição de competência para tributar – O estatuto do contribuinte	34
4.2. As três funções do Estado: legislar, administrar e julgar – A caracterização jurídica dos atos funcionais do Estado sob os pontos de vista material e formal – O Estado e a tributação.....	35

PARTE II

O Direito Tributário que está na Constituição

Capítulo I – O Direito Tributário da Constituição.....	43
1.1. A constitucionalização do Direito Tributário brasileiro	43
1.2. O Direito Tributário da Constituição – Os subsistemas tributários.....	44
1.3. Conceito de República – República e igualdade – República e representação popular	44
1.4. República, democracia, representação popular e repartição de Poderes – O controle da Constituição pelo Poder Judiciário.....	46
1.5. República, Constituição dirigente e supremacia do Judiciário.....	48
1.6. Controle de constitucionalidade de lei estadual ou municipal e respectivos atos normativos – Introdução ao estudo do federalismo brasileiro	53
1.7. A natureza jurídica do Estado Federal – Ligeiro esboço comparativo com outras formas de Estado – Características do Estado Federal.....	54
1.8. Contraste entre o Estado Federal e a Confederação de Estados	57
1.9. Contraste entre o Estado Federal e o Estado Unitário.....	57
1.10. O Estado Federal e o exercício do poder de tributar	58
1.11. A Federação de Estados e a autonomia dos Estados-Membros.....	58

Capítulo II – Os Princípios Gerais do Sistema Tributário da Constituição.....	59
2.1. O sentido do artigo inaugural quanto à repartição das competências tributárias entre as pessoas políticas da Federação.....	59
2.2. A repartição das competências tributárias – Os seus três aspectos relevantes.....	60
2.3. O fundamento do poder de tributar – As pessoas políticas titulares	60
2.4. O tributo e suas espécies – Como reparti-los.....	60
2.5. A repartição das competências pela natureza dos fatos jurídicos.....	61
2.6. Competência comum e privativa – As técnicas de repartição.....	61
2.7. Os insumos doutrinários do constituinte – A teoria dos fatos geradores vinculados e não vinculados.....	62
2.8. A teoria dos fatos geradores vinculados e não vinculados enquanto suporte do trabalho do constituinte	63
2.9. As técnicas constitucionais de repartição	63
2.10. A razão pela qual a competência comum não provoca conflitos entre as pessoas políticas	64
2.11. A necessidade de nominar os impostos para depois reparti-los.....	65
2.12. Os empréstimos compulsórios e as contribuições parafiscais em face da teoria dos tributos vinculados e não vinculados	65
2.13. Algumas palavras sobre a linguagem do constituinte e o papel dos seus intérpretes.....	66
2.14. A redução dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais à tricotomia	66
2.15. Os níveis de análise da questão dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais: o nível da Teoria Geral do Direito e o nível jurídico-constitucional.....	67
2.16. A classificação jurídica das duas supostas espécies de tributo: contribuições especiais e empréstimos compulsórios – Remissão à Parte III, Capítulos I e II, do presente livro.....	68
2.17. Os princípios da capacidade econômica e da pessoalidade dos impostos como princípios orientadores do exercício das competências tributárias.....	69
2.18. O art. 145, § 2º, ou o papel controlador da base de cálculo dos tributos	75
2.19. Apontamentos necessários à compreensão da repartição constitucional de competências tributárias	79
 Capítulo III – A Lei Complementar como Agente Normativo Ordenador do Sistema Tributário e da Repartição das Competências Tributárias.....	 80
3.1. As leis complementares da Constituição.....	80
3.2. As leis complementares tributárias.....	81
3.3. O lugar da lei complementar no ordenamento jurídico – O âmbito de validade das leis em geral – Enlace com a teoria do federalismo	82
3.4. A lei complementar e seu relacionamento jurídico com a Constituição Federal e as leis ordinárias	84
3.5. Como operam as leis complementares em matéria tributária.....	85
3.6. Os três objetos materiais genéricos da lei complementar tributária segundo a Constituição Federal de 1988	89

3.7. Conflitos de competência.....	89
3.8. Regulação das limitações ao poder de tributar	91
3.9. Apreciações críticas sobre a matéria em exame	93
3.10. Normas gerais de Direito Tributário	93
3.11. O federalismo brasileiro – Aspectos – Ligação com o tema das leis complementares.....	97
3.12. O “poder” das normas gerais de Direito Tributário em particular	97
3.13. O art. 146-A do Texto Constitucional – A preservação da concorrência	99
3.14. Temas tópicos constitucionais reservados à lei complementar em matéria tributária.....	100
3.15. A necessidade de lei complementar prévia para a instituição de impostos e contribuições	101
Capítulo IV – Outras Regras de Repartição de Competências Tributárias.....	103
4.1. A competência múltipla das pessoas políticas	103
4.2. Empréstimos compulsórios – Competência – Regime jurídico.....	104
4.3. Contribuições parafiscais – Competência – Regime jurídico	109
4.4. Uma questão de Direito intertemporal ou de jurisprudência variante.....	117
4.5. Contribuições em prol de entidades privadas: SESI, SESC, SENAI, SENAC etc.	120
4.6. Contribuições em favor das confederações sindicais	120
4.7. O regime jurídico-constitucional dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais – Síntese.....	122
4.8. Regras constitucionais específicas relativas às contribuições – Alguns detalhes do artigo 149	127
4.9. Os pressupostos jurídicos para a instituição de taxas.....	128
4.10. As taxas e os princípios retores da tributação	129
4.11. Taxas de polícia e taxas de serviço.....	130
4.12. Preconceitos a desfazer em matéria de taxas	130
4.13. Teorias errôneas sobre a natureza jurídica das taxas	131
4.14. Ainda a serventia da distinção entre taxas de polícia e de serviços.....	132
Capítulo V – Limitações ao Poder de Tributar – Imunidades e Temas Afins	134
5.1. Limitações: princípios e imunidades – Diferenças – O fenômeno jurídico da interpolação normativa	134
5.2. Imunidade e isenções	135
5.3. Normas impositivas, imunitórias e isençionais – A que se destinam – Como se integram na norma de tributação	136
5.4. Tipologia exonerativa.....	136
5.5. Imunidade.....	138
5.6. Os efeitos da imunidade.....	139
5.7. A imunidade, a isenção, os seus efeitos sobre as hipóteses de incidência das normas de tributação	140
5.8. Equívocos da doutrina tradicional.....	140

5.9. A isenção como exclusão de incidência: outro equívoco.....	142
5.10. A alternativa proposta	143
5.11. A diferença entre a exclusão expressa: imunidade e isenções e a não incidência pura ou natural – Primeira aproximação	146
5.12. A questão da não incidência – Conclusão	150
5.13. Exoneração nas consequências das normas de tributação – Quantitativas	150
5.14. Reduções diretas de bases de cálculo e de alíquotas – O efeito das leis que as preveem.....	150
5.15. Alíquota zero	151
5.16. Isenções parciais.....	159
Capítulo VI – Princípios Constitucionais em Matéria Tributária: Explícitos, Derivados e Conexos ..	160
6.1. Princípios expressos e conexos	161
6.2. As funções dos princípios constitucionais	162
6.3. O controle de constitucionalidade das leis a partir da zeladoria dos princípios constitucionais.....	163
6.4. O manejo dos princípios pela doutrina e a jurisprudência.....	165
6.5. O princípio da legalidade da tributação – Evolução histórica e concreção constitucional – O princípio da legalidade tributária, formal e material – Legalidade, anterioridade, tipicidade e irretroatividade como enredo principiológico inextrincável	166
6.6. O princípio da legalidade formal e sua evolução em Portugal e no Brasil.....	167
6.7. Legalidade, lei delegada e medida provisória	173
6.8. Os princípios da legalidade, anualidade, tipicidade, irretroatividade e anterioridade, todos juntos	173
6.9. O princípio da legalidade como princípio fundante dos demais – O princípio da tipicidade ou da legalidade material.....	175
6.10. Exceções ao princípio da legalidade na instituição e na majoração de tributos	181
6.11. Os convênios de Estados-Membros relativos ao ICMS e o princípio da legalidade	182
6.12. Conclusão sobre a submissão dos convênios à lei	187
6.13. As delegações legislativas e o princípio da legalidade da tributação	187
6.14. A crônica do princípio da legalidade material no Brasil.....	188
6.15. Interpretação e princípio da legalidade – Interpretação econômica – Evasão fiscal e elisão – Distinções	189
6.16. O princípio formal da legalidade da tributação e as medidas provisórias	208
6.17. O princípio da não surpresa do contribuinte (anualidade, anterioridade, lapsos temporais predefinidos).....	214
6.18. Exceções ao princípio da anterioridade e prazo nonagesimal.....	215
6.19. O princípio da anualidade – Seus reflexos na área tributária.....	218
6.20. O princípio da irretroatividade da lei fiscal – Ênfase no imposto de renda em primeiro lugar.....	221
6.21. O princípio da anterioridade – Mecânica de funcionamento em face dos diversos tipos de fatos geradores – Forma, lugar e tempo do pagamento da obrigação tributária – Reserva de lei	224
6.22. A irretroatividade da lei e a retrospectividade	225

6.23. A irretroatividade da lei, da jurisprudência e da decisão administrativa definitiva..	226
6.24. Irretroatividade e ação rescisória	229
6.25. O princípio da igualdade ou do tratamento isonômico	231
6.26. O princípio do não confisco	236
6.27. O princípio do não confisco e as presunções legais	239
6.28. O não confisco como limite ao poder de graduar a tributação	242
6.29. O princípio da unidade federativa – Limitações ao tráfego de pessoas e bens no território nacional – Pedágio	244
Capítulo VII – As Imunidades Genéricas.....	246
7.1. A imunidade intergovernamental recíproca	246
7.2. A imunidade dos templos de qualquer culto, dos partidos, dos sindicatos e das instituições de assistência social e de educação	257
7.3. A imunidade dos templos	260
7.4. A imunidade dos partidos	262
7.5. Considerações sobre imunidade das instituições partidárias, religiosas, sindicais, educacionais e assistenciais	262
7.6. Emenda Constitucional nº 75/2013 e a imunidade tributária da produção (littero) musical nacional	276
7.7. A determinação de exteriorizar e esclarecer as comunidades sobre os impostos que incidem sobre mercadorias e serviços.....	279
7.8. Exoneração de tributos, matéria sob reserva de lei.....	282
7.9. O princípio da tributação federal uniforme	284
7.10. Substituição tributária progressiva	284
7.11. Isonomia nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos – Prevalência do Estado Federal.....	285
7.12. A proibição da isenção heterônoma e as exceções.....	286
7.13. A revogabilidade das isenções anteriores à Carta.....	288
7.14. A vedação que proíbe aos Estados e aos Municípios estabelecerem diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza – O mercado comum brasileiro	288
Capítulo VIII – Os Impostos da União, os Princípios e Vedações que lhes são Próprios.....	290
8.1. Os impostos de importação e exportação	291
8.2. O imposto sobre grandes fortunas	292
8.3. O Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	292
8.4. O imposto sobre operações financeiras ou sobre operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários.....	294
8.5. O imposto sobre a propriedade territorial rural.....	294
8.6. O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	295
8.7. O imposto de renda periódico e os princípios da anterioridade e da irretroatividade – A lei de regência dos fatos geradores.....	296
8.8. O imposto de renda anual é periódico – A lei aplicável é a vigente antes de iniciar-se o período em que se realizam os fatos jurídicos	302
8.9. A progressividade no imposto de renda	304

8.10. A imunidade dos aposentados e pensionistas com idade superior a 65 anos	305
8.11. A periodização dos impostos e o princípio da anualidade – Aplicabilidade ao imposto de renda	305
8.12. A competência privativa e residual da União para instituir novos impostos, contribuições sociais e impostos extraordinários de guerra	306
Capítulo IX – Os Impostos dos Estados e do Distrito Federal – Dos Princípios e Vedações que lhes são Próprios.....	310
9.1. Análise crítica do ICMS: Energia elétrica e combustíveis	314
9.2. O fato gerador do ICMS em sentido genérico.....	317
9.3. A imunidade do ICMS das operações (interestaduais) que destinem petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica a outros Estados.....	317
9.4. A meia imunidade.....	318
9.5. As operações com energia elétrica, petróleo e seus derivados (combustíveis líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes) – As inovações da Emenda nº 33	318
9.6. Substituição tributária.....	319
9.7. A alma do ICMS	319
9.8. A não incidência do ICMS nos serviços de comunicação	325
9.9. As alíquotas do ICMS – Competência para fixação	325
9.10. Operações interestaduais a consumidor final noutro Estado	326
9.11. As alíquotas seletivas ou a seletividade do ICMS	326
9.12. IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.....	327
9.13. O imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens e direitos (o imposto sobre heranças e doações).....	327
9.14. As alíquotas de heranças e doações – Seus fatos jurídicos	328
9.15. Heranças e doações e a questão do montante partilhável.....	328
Capítulo X – Os Impostos dos Municípios, Princípios e Vedações que lhes são Próprios....	329
10.1. O IPTU	330
10.2. A progressividade no IPTU	336
10.3. O IPTU e a “planta de valores” genérica	339
10.4. O imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos por ato entre vivos.....	341
10.5. ITBI – Problemas decorrentes da partilha de bens entre vivos	341
10.6. A imunidade de certas transmissões <i>inter vivos</i> de bens imóveis.....	342
10.7. O imposto sobre serviços de qualquer natureza	344
10.8. As alíquotas do ISS.....	346
10.9. A Emenda nº 37 e o ISS.....	346
Capítulo XI – A Repartição das Receitas Tributárias.....	348
11.1. Participação direta dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação de impostos federais.....	350
11.2. Participação direta dos Municípios	351

11.3. O fundo ouro	351
11.4. Participações indiretas.....	351
11.5. O fundo compensatório	352
11.6. A vedação de “negociação”.....	352
11.7. O papel do Tribunal de Contas.....	353

PARTE III

O Direito Tributário que está no Código Tributário Nacional e nas Leis Complementares Subsequentes

Capítulo I – O Código Tributário Nacional e o Sistema Tributário Nacional	357
1.1. Advertência prévia sobre o conteúdo compromissório do CTN	357
1.2. O Sistema Tributário Nacional	361
1.3. O caráter jurídico do CTN – Lei complementar <i>ratione materiae</i>	361
1.4. O Sistema Tributário e a Federação	362
1.5. Os dois livros do CTN.....	362
Capítulo II – O Conceito de Tributo.....	363
2.1. A necessidade de o Estado cobrar tributos.....	363
2.2. O conceito jurídico de tributo.....	364
2.3. O tributo no quadro de receitas do Estado	364
2.4. A expansividade do conceito de tributo no Direito brasileiro	365
2.5. O tributo como norma jurídica	366
2.6. A importância do aspecto pessoal na hipótese de incidência tributária	368
2.7. A complexidade das fórmulas de cálculo do tributo devido	370
2.8. Os equívocos da doutrina tradicional na consideração do fato gerador dos tributos	371
2.9. A estática e a dinâmica da norma tributária – A fenomenologia da incidência da norma tributária	373
2.10. O conceito de tributo no Direito brasileiro, sua excelência dogmática	377
2.11. O tributo como obrigação	379
Capítulo III – As Espécies Tributárias: Os Impostos, as Taxas e as Contribuições	380
3.1. O tributo como ente jurídico unitário e a sua divisão em espécies – A teoria dos tributos vinculados ou não a uma atuação do Estado relativamente à pessoa do pagante	380
3.2. A teoria dos tributos vinculados ou não a atuações estatais e a classificação das espécies	383
3.3. A análise do fato gerador para determinar a natureza jurídica do tributo – Proposta classificatória	386
3.4. As contribuições especiais ou parafiscais no Direito brasileiro – Natureza jurídica ...	387
3.5. A especificidade das contribuições previdenciárias e assistenciais sinalagmáticas – Tributos vinculados à atuação estatal – Diferenças entre elas e as contribuições especiais com natureza de impostos	391

3.6. Esforços classificatórios, a importância do tema – A natureza jurídica específica das contribuições especiais referidas na Constituição.....	394
3.7. Fato gerador, base de cálculo, causa e finalidade, confirmando a tese de que os tributos são ou não vinculados a uma atuação do Estado, invalidando a tese do “finalismo”, velha de cem anos	397
3.8. A contribuição de melhoria tipo custo na opção constitucional de 1988.....	402
3.9. Taxas e preços – Preços públicos e privados	403
3.10. Custas e emolumentos são taxas? É possível distribuir o produto das custas?	410
3.11. Ligeiro esboço histórico sobre as custas	410
3.12. A assimilação das custas pelo tributo denominado taxa – Legalidade da destinação da receita assim havida às Caixas de Assistência dos Advogados	413
3.13. O pedágio, sua natureza jurídica	413
3.14. O pedágio, ligeira crônica.....	414
3.15. Pedágio: preço ou taxa?	414
3.16. Empréstimos compulsórios – Impostos restituíveis.....	415
3.17. Os impostos indiretos visam à capacidade contributiva dos consumidores – As contribuições especiais que repercutem no consumidor final são impostos indiretos cumulativos	416
Capítulo IV – A Competência Tributária	417
4.1. A competência tributária.....	417
4.2. As limitações da competência tributária	418
4.3. Os empréstimos compulsórios no CTN	418
Capítulo V – Os Impostos no CTN	424
Capítulo VI – Impostos Federais	427
6.1. Imposto de importação	427
6.2. Imposto de exportação	429
6.3. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	431
6.4. O conceito de renda na doutrina brasileira	432
6.5. Pessoas jurídicas – Sistema para apuração do lucro tributável.....	435
6.6. Lucro real.....	435
6.7. Abandono do lucro real.....	436
6.8. Sistema do lucro arbitrado	437
6.9. Sistema do lucro presumido	437
6.10. Princípios para a apuração do lucro tributável.....	437
6.11. Componentes do lucro real: lucro operacional e resultados de transações eventuais.....	438
6.12. Os resultados das transações eventuais.....	438
6.13. Pessoas físicas.....	439
6.14. As novidades do fim do século relativas ao imposto de renda	440
6.15. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.....	440
6.16. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF.....	449

6.17. Operações de crédito.....	452
6.18. Operações de câmbio	455
6.19. Operações de seguro	455
6.20. Operações com títulos e valores mobiliários.....	455
6.21. Imposto sobre propriedade territorial rural.....	457
Capítulo VII – Impostos Estaduais	460
7.1. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.....	460
7.2. Imposto sobre heranças e doações (transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos).....	461
7.3. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações – ICMS.....	464
7.4. O fato gerador genérico do ICMS.....	464
7.5. ICMS – Incidência na importação de bens para o ativo fixo e para consumo próprio do estabelecimento, ainda que realizada por pessoas físicas	472
7.6. O princípio da não cumulatividade	472
7.7. A natureza jurídica do princípio da não cumulatividade	473
7.8. O ICMS e o IPI são impostos que somente devem onerar o consumo.....	474
7.9. As exceções constitucionais ao princípio da não cumulatividade.....	475
7.10. O direito universal à dedução dos créditos relativos à aquisição de todo o gênero e a inconstitucional restrição ao direito de compensação por período.....	478
7.11. O princípio da não cumulatividade e a tendência jurisprudencial	481
7.12. ICMS – Como apurar o valor devido	488
7.13. A Lei Complementar nº 87/96 – Texto básico do regramento do ICMS – Alguns apontamentos.....	490
7.14. A tributação dos combustíveis e da energia elétrica	507
7.15. A tributação do transporte de passageiros.....	507
Capítulo VIII – Impostos Municipais	520
8.1. Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis a título oneroso (exceto doações)	520
8.2. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	523
8.3. Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS.....	527
Capítulo IX – As Taxas no CTN	539
Capítulo X – As Contribuições de Melhoria no CTN	543
10.1. Contribuições de melhoria tipo custo e tipo valorização.....	543
10.2. Distribuição de receitas tributárias.....	545
Capítulo XI – Conceito, Vigência, Interpretação, Integração e Aplicação da Legislação Tributária ..	546
11.1. A compreensão da expressão “legislação tributária”.....	546
11.2. O papel subalterno dos decretos do Executivo em matéria fiscal	547

11.3. A proteção da confiança dos atos administrativos em matéria fiscal	548
11.4. A impropriamente denominada coisa julgada administrativa e seus efeitos	548
11.5. A natureza da correção monetária e das majorações indiretas dos tributos	550
11.6. As práticas reiteradas das autoridades administrativas	550
11.7. As questões relativas aos tratados internacionais	551
11.8. Validade e extensão dos tratados internacionais em matéria tributária perante a Constituição Federal de 1988	552
11.9. A União Federal na ordem jurídica internacional e na ordem jurídica interna.....	553
11.10. A superioridade da Lei Complementar Tributária de normas gerais sobre os ordenamentos jurídicos parciais da União, dos Estados e dos Municípios	555
11.11. A questão do ICMS e do ISS – Possibilidade de tratado internacional, celebrado pela República Federativa do Brasil, obrigar Estados e Municípios	555
11.12. O controle prévio dos tratados e convenções internacionais pelo Supremo Tribunal Federal.....	556
11.13. Isenção heterônoma e isenção convencional	557
11.14. Os tratados na jurisprudência brasileira	562
11.15. A vigência no tempo e no espaço da legislação tributária.....	567
11.16. A extraterritorialidade da legislação tributária	569
11.17. A vigência das normas complementares do art. 100.....	569
11.18. O princípio da anterioridade no CTN.....	570
11.19. A anterioridade da lei em relação ao fato gerador	571
11.20. A retroatividade benigna ao contribuinte.....	572
11.21. Regras de interpretação da legislação tributária	575
11.22. Regras de integração da legislação tributária.....	578
11.23. A recepção do Direito Privado e a dação de efeitos fiscais próprios – O abuso das formas de Direito Privado.....	580
11.24. A rigidez do sistema brasileiro de repartição de competências tributárias – Observância do Direito Privado.....	584
11.25. A interpretação literal em Direito Tributário – Quando é aplicável.....	584
11.26. O <i>in dubio pro</i> contribuinte	585
 Capítulo XII – A Obrigação Tributária, Sujeitos Ativos e Passivos e a Responsabilidade Tributária Segundo o Código Tributário Nacional	 586
12.1. A obrigação tributária na terminologia do CTN – Obrigação principal e obrigação acessória.....	587
12.2. Tributo e multa – Crédito tributário comum	588
12.3. A natureza não patrimonial das obrigações acessórias – Deveres administrativos..	589
12.4. A conversão da multa em crédito tributário	589
12.5. O fato gerador da obrigação principal.....	589
12.6. O fato gerador da obrigação acessória.....	591
12.7. O momento da ocorrência do fato gerador – Situações jurídicas e situações de fato – Fatos geradores “pendentes”	591

12.8. Aos tributos vinculados a atuações estatais não se aplicam as regras dos “negócios sujeitos a condições”	594
12.9. O fato gerador estremando as espécies e subespécies tributárias.....	594
12.10. A capacidade contributiva e o princípio da retribuição.....	595
12.11. Empréstimos compulsórios e contribuições especiais – Seus fatos geradores.....	596
12.12. O Direito Tributário brasileiro e a “interpretação econômica”.....	597
12.13. O sujeito ativo da obrigação tributária	599
12.14. Herança de competência tributária	600
12.15. O sujeito passivo da obrigação tributária – Contribuintes e responsáveis	600
12.16. O pretense sujeito passivo da impropriamente chamada obrigação acessória	602
12.17. A importância relativa das convenções particulares em face do dever de contribuir.....	603
12.18. A solidariedade obrigacional passiva	603
12.19. Os efeitos da solidariedade em matéria fiscal	604
12.20. Interpretação econômica ou pragmatismo fiscal?	605
12.21. A tributação dos atos ilícitos	606
12.22. O domicílio em matéria fiscal	607
12.23. Sujeição passiva direta e indireta – Substituição tributária.....	608
12.24. Responsabilidade tributária por transferência e por substituição.....	610
12.25. O substituto tributário como sujeito passivo direto.....	614
12.26. A responsabilidade tributária na terminologia do CTN – Falta de precisão conceitual	615
12.27. A questão da transferência das multas aos responsáveis	617
12.28. Síntese sobre a responsabilidade tributária no CTN.....	620
12.29. Responsabilidade de terceiros e multas moratórias	621
12.30. Responsabilidade tributária e o dever de reter tributo alheio – Distinção.....	623
12.31. Substituição tributária “para frente”.....	625
12.32. Créditos tributários transferíveis – Extensão e compreensão	628
12.33. A chamada responsabilidade dos adquirentes de bens imóveis	628
12.34. A responsabilidade dos adquirentes, remetentes e sucessores <i>inter vivos</i> ou <i>causa mortis</i> e do espólio.....	629
12.35. A chamada responsabilidade dos agentes empresariais	630
12.36. A responsabilidade de terceiros	633
12.37. Os casos de transferência de responsabilidade em razão de culpa ou dolo – A responsabilidade dos diretores, gerentes e administradores de pessoas jurídicas de Direito Privado	638
12.38. A tese da objetividade do ilícito fiscal	643
12.39. O erro de direito extrafiscal e o Direito Tributário punitivo.....	644
12.40. Tipos de sanção	647
12.41. Direito Tributário Penal ou Direito Penal Tributário?	647
12.42. O ilícito fiscal e as considerações subjetivas relativas ao agente – Atenuações.....	648
12.43. Multas confiscatórias	650
12.44. A personalização das multas fiscais	656

12.45.A “ponte de ouro” – Exclusão da responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de infrações à legislação fiscal	657
Capítulo XIII – A Constituição do Crédito Tributário e a Disciplina do Lançamento segundo o CTN – Tipos de Lançamento	662
13.1. O crédito tributário como parte da estrutura obrigacional.....	662
13.2. A obrigação tributária e o seu objeto: o crédito tributário.....	664
13.3. Obrigação, crédito e lançamento fiscal.....	664
13.4. O papel do lançamento – Ato do Estado-Administração – Primeiras conclusões	665
13.5. A obrigação tributária e as alterações do crédito tributário	667
13.6. O crédito tributário e o princípio da legalidade	668
13.7. O conceito de lançamento no Direito brasileiro – Diferença entre lançamento por homologação e homologação do pagamento do crédito tributário.....	668
13.8. Distinção de lançamento como ato administrativo singular e procedimentos reparatórios e revisionais do lançamento – Lançamentos provisórios e finais, impossibilidade	670
13.9. Lançamento e intercadência cambial	671
13.10.O lançamento como ato administrativo de aplicação da lei fiscal – Leis substantivas e adjetivas no tempo, regras de aplicabilidade.....	671
13.11.A revisão do ato administrativo do lançamento – As teorias declarativistas e constitutivistas.....	672
13.12.O lançamento como ato administrativo – Características – Natureza declaratória – Caráter de título executivo por falta de autoexecutoriedade – Quando o lançamento está pronto e quando é definitivo	675
13.13.As hipóteses legais que autorizam a revisão do lançamento	676
13.14.A irrevisibilidade do lançamento por erro de direito da Administração – Diferença entre revisão de lançamento e modificação de lançamento definitivo pela Administração.....	676
13.15.Renovação do lançamento por erro formal de agente da Administração – Quando é possível.....	681
13.16.As modalidades de lançamento no Direito brasileiro – Lançamento por declaração.....	681
13.17.Lançamento feito em razão de arbitramento – Quando é possível – Restrições legais	682
13.18.Novamente os casos de revisão do lançamento – Lançamentos feitos de ofício.....	685
13.19.O lançamento por homologação – Homologação expressa e tácita – Improriedades – Os termos iniciais e finais para a efetivação de lançamentos de ofício e para a homologação de pagamentos antecipados	687
13.20.O valor e o desvalor do chamado lançamento por homologação ou autolancamento.....	690
Capítulo XIV – Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário	694
14.1. A moratória e o parcelamento.....	696
14.2. O depósito do montante integral do crédito tributário	699
14.3. A concessão de medidas liminares	702
14.4. As reclamações e os recursos administrativos.....	704

Capítulo XV – A Extinção do Crédito Tributário	710
15.1. O pagamento, a forma por excelência de extinção do crédito tributário.....	710
15.2. O dia e o local do pagamento.....	713
15.3. Natureza jurídica do juro moratório.....	715
15.4. A consulta fiscal e seus efeitos.....	716
15.5. Responsabilidade pelo recebimento do crédito tributário – Pagamento e quitações	717
15.6. Pagamento em moeda corrente, cheque ou vale-postal, em estampilha, papel selado ou processo mecânico – Os efeitos do pagamento	718
15.7. Pagamento sob condição – Incongruência jurídica	719
15.8. Imputação de pagamento	721
15.9. A consignação judicial do pagamento	727
15.10. Pagamento indevido – Repetição do indébito.....	728
15.11. Restituição de tributos indiretos dotados de repercussão jurídica obrigatória	730
15.12. Decadência do direito de pleitear a restituição.....	732
15.13. Prescrição da ação para anular a decisão administrativa que denega restituição	738
15.14. A compensação – Conceito.....	739
15.15. Tipos de compensação	740
15.16. A transação	743
15.17. A remissão	744
15.18. Distinção entre isenção e remissão.....	746
15.19. A prescrição e a decadência.....	747
15.20. A conversão do depósito em renda.....	753
15.21. A consignação em pagamento – Conversão da oferta de pagamento em renda	755
15.22. O pagamento antecipado e a “homologação do lançamento” nos termos do art. 150 e seus §§ 1º e 4º	755
15.23. A decisão administrativa irreformável	756
15.24. A decisão judicial passada em julgado	757
15.25. O controle da constitucionalidade das leis – O sistema misto brasileiro – Peculiaridades, efeitos e consequências relativamente às ações rescisórias	758
15.26. Inadmissibilidade de ação rescisória de sentença anterior à declaração de constitucionalidade pelo STF	760
15.27. Coisa julgada e segurança jurídica.....	761
Capítulo XVI – A Exclusão do Crédito Tributário	763
16.1. Improriedade gritante	763
16.2. A isenção e a sua regulação no CTN	764
16.3. A questão da revogabilidade das isenções.....	766
16.4. Isenções autônomas e heterônomas.....	768
16.5. Diferença entre isenção, imunidade e reduções fiscais.....	768
16.6. A anistia e a sua regulação no CTN.....	769

Capítulo XVII – Garantias e Privilégios – Administração Tributária – Certidões Negativas	771
17.1. Prólogo – Os conceitos	771
17.2. A exposição do patrimônio particular	775
17.3. Alienação fiduciária em garantia e venda com reserva de domínio – Os escapes ...	776
17.4. Fraude à execução fiscal	777
17.5. Créditos tributários e juízos universais	778
17.6. A Fazenda Pública pode requerer a falência do devedor?.....	780
17.7. A massa falida e os créditos tributários	781
17.8. O inventário e os créditos tributários	782
17.9. A liquidação de sociedades e os créditos tributários	782
17.10. Término de inventário, concessão de recuperação judicial e fim de falência em face da Fazenda Pública	783
17.11. O perigo das constrições oblíquas	784
17.12. Administração Tributária	785
17.13. Administração Tributária: o poder de fiscalizar e os seus limites.....	786
17.14. O sigilo bancário.....	787
17.15. O sigilo bancário na Constituição Federal de 1988 – Princípios de regência à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal	790
17.16. O poder de vistoriar e de exigir documentos – Ato vinculado à lei – Motivo e finalidade.....	794
17.17. O dever de informar e os seus limites.....	795
17.18. O sigilo fiscal tendo como destinatários da norma a Fazenda Pública e os seus agentes	796
17.19. A imprestabilidade da prova emprestada.....	798
17.20. A fiscalização <i>manu militari</i> – Motivação e cuidados – Excesso de exação – Proibição do excesso – Responsabilidade civil do Estado	799
17.21. Dívida ativa – Certidões positivas e negativas – Os tormentos do cidadão – O valor e o desvalor jurídico do ato de inscrição em dívida ativa – Prescrição da ação de execução fiscal	802
Bibliografia	809